

## Entre partidos e paramilitares: considerações sobre a política das armas e as armas da política no movimento Zapatista

Lucas Gebara Spinelli<sup>1</sup>

---

### Resumo:

Nesse artigo abordamos a noção de hegemonia para pensar a atuação do zapatismo no México desde seu surgimento público em 1994. Consideramos algumas facetas da luta armada enquanto prolongamentos da luta política. E abordamos a capacidade dos zapatistas de politizar a questão social desde sua política cultural na sociedade civil até a reconstrução cotidiana das relações sociais em sua base territorial e social. Também problematizamos os limites da autonomia zapatista, pressionados pela cooptação do sistema político e a política pública da contra-insurgência.

**Palavras-chave:** hegemonia, movimento Zapatista, paramilitarismo.

---

### Abstract:

In this article we approach the hegemony notion to think the action of the zapatism in Mexico since its public sprouting in 1994. We consider some faces of the armed struggles while prolongations of the political struggles. And we approach the capacity of the zapatistas in politicizing the social matter since its cultural policy in the civil society and the daily reconstruction of the social relations in its territorial and social base. Also we consider the limits of the zapatista autonomy, pressured by the cooptation and structural selection of the political system and the counter-insurgency policies.

**Keywords:** hegemony, Zapatista movement, paramilitarism.

---

---

<sup>1</sup> Formado em História e estudante do programa de mestrado em Ciência Política, ambos no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

## **Introdução**

O zapatismo é um novo movimento social, mesmo contando com o EZLN como grupo de autodefesa das comunidades indígenas de Chiapas? A partir dessa pergunta pretendemos explorar as contradições entre movimento social e luta armada. Utilizaremos a noção de *política cultural dos novos movimentos sociais* apresentada por Dagnino (2000) à luz do *processo hegemônico* de Raymond Williams (1979) para pensar a atuação do movimento na sociedade civil, a partir de um cessar-fogo com as forças do exército federal em janeiro de 1994; em seguida pensaremos qual a percepção do EZLN em relação às instituições políticas e o Estado, a partir de suas críticas à esquerda institucional (partidária) e à disputa eleitoral, reafirmando o próprio movimento como pólo da virtude oposto ao poder e ao Estado.

Consideramos a continuação da repressão ao longo dos anos, militar e paramilitar, o fechamento do apoio partidário e o cerco midiático ao movimento zapatista para pensar aquilo que Olvera (2002) define como elementos para a afirmação das “dimensões clássicas” da sociedade civil no México: *autonomização* em relação ao estado; e *autodelimitação* dos atores da sociedade civil em torno de suas próprias agendas e formas de atuação política.

Por outro lado terminamos por perguntar se seria a luta armada dos zapatistas a única razão da política de contra-insurgência aplicada pelo estado e executada pelos seus braços repressivos oficiais e extra-oficiais presentes nas organizações paramilitares da sociedade civil.

## **Luta armada contra as portas fechadas do Estado**

Se nos debruçarmos sobre a trajetória zapatista perceberemos uma combinação de condições históricas específicas que determinaram os rumos do movimento, ora para a luta armada, ora para a luta por reconhecimento dos direitos. É inegável que um canal intermediário para “fazer política” foi criado pela iminência de uma guerra civil entre as forças armadas do México

e uma fração armada da população indígena marginalizada, – do estado mais pobre do país. As portas fechadas do Estado acabam estimulando táticas suicidas de enfrentamento, em detrimento de uma dinâmica de negociação, que tenderia ao desgaste e à cooptação nos meandros do sistema político (ZERMEÑO, 1997). A tendência ao longo da crise zapatista foi nacionalizar o conflito local, de tal forma que toda a sociedade se vê incumbida de posicionar-se contra ou a favor das causas em questão.

Por outro lado, apesar do legado de dominação, cooptação, negociação e violência política exercida pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) sobre os canais intermediários entre Estado e sociedade civil no México, as organizações, partidos, grupos políticos e associações da sociedade mexicana não se armaram para forçar a queda do regime; junto aos zapatistas. Pelo contrário, o diálogo e a mesa de negociação estabelecida com os representantes do governo mexicano foram resultado de reivindicações e mobilizações que privilegiavam a busca por uma solução pacífica para a crise. O grupo militante que deu origem ao EZLN “deixou a sociedade civil mexicana em 1983” e “retornou a ela em 1994” (MARCOS *apud* HILSENBECK, 2007), tendo acordado para uma conjuntura completamente diferente. Por isso que a noção de *paz com dignidade* foi uma das portas de entrada do zapatismo para a construção da legitimidade discursiva de suas causas, que buscamos definir agora nos termos da *hegemonia*, entendida como

“todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente.” (WILLIAMS, 1979: 113)

A hegemonia segundo Williams é um processo histórico, que não existe apenas como forma de *dominação e consentimento passivo*, reproduzida pelos homens que a experimentam. Ela é dominante, mas nunca totalizante sobre a sociedade. Está sempre sendo remendada, reconstruída, reformada, recriada e renovada, o que pressupõe uma face

Lucas Gebara Spinelli

*ativa* na sua determinação, que se dá pela disputa, incorporações e conflitos entre visões de mundo. Essa face é, portanto, efeito direto de ações e reações do processo hegemônico em relação às forças e lutas políticas e culturais opostas ou alternativas ao dominante.

Sem dúvida, as Declarações da Selva Lacandona buscavam tocar a sociedade civil nacional e internacional, ao construir um discurso legitimador das causas da rebelião armada. Para além da guerra, cuja saída negociada era exigida pela sociedade civil, a *paz digna em Chiapas* definia a questão social como o centro do conflito e o ponto de partida para a possibilidade de garantir a *dignidade* aos indígenas. Não se trata de uma luta discursiva e ideológica, mas uma luta que define os sentidos do universo vivido e experimentado pelos homens e mulheres envolvidos no processo. Estabelece o senso de realidade para a maioria das pessoas vivendo em sociedade, além do qual muito dificilmente os sujeitos são capazes de experimentar e vivenciar. E redefine os limites do que o *processo hegemônico* estabelece como espaço do político, constituindo-se como uma *política cultural* do movimento:

“A adoção de uma perspectiva alternativa na análise da política cultural dos movimentos sociais e na avaliação do alcance de suas lutas pela democratização da sociedade pretende iluminar implicações menos visíveis e, com frequência, negligenciadas dessas lutas. Enfatizar as implicações culturais significa reconhecer a capacidade dos movimentos sociais de produzir novas visões de uma sociedade democrática, na medida em que eles identificam a ordem social existente como limitadora e excludente com relação a seus valores e interesses. Embora possam ser fragmentárias, plurais e contraditórias, essas contestações culturais não devem ser vistas como subprodutos das lutas políticas, mas como constitutivas dos esforços dos movimentos sociais para redefinir o significado e os limites da própria política”.  
(DAGNINO, 2000: 81)

A partir dessa perspectiva o zapatismo apresentaria contribuições para outra democracia, para além da formalidade político-institucional conformada pelas eleições livres, partidos políticos e representatividade nos parlamentos e palácios de governo. O movimento incide assim sobre as instituições políticas de um “processo inacabado” de transição

democrática, como Olvera (2002) define o regime do México. Concomitantemente sua *política cultural* enquanto movimento social também se faz presente no processo hegemônico, definindo um conteúdo ético-político e moral em torno do qual se busca constituir uma nova hegemonia, constituída pelo *consentimento ativo* em torno do projeto de ampliação da cidadania (DAGNINO, 2000).

Diante disso devemos indagar: qual é o espaço possível para construção da hegemonia como *consentimento ativo*, em uma sociedade como a mexicana? Talvez a luta armada aponte para o mesmo legado de imposição autoritária e dominação coercitiva próprios do sistema político mexicano, conforme Zermeño (1997). Mas o problema do lugar para uma construção hegemônica persiste, uma vez que fica evidente a importância da rebelião armada para criar esse espaço de definição dos opostos. Por onde começar esse processo, diante da inexistência de espaços para politizar a questão social?

### **Movimento Zapatista e a sociedade civil como pólo da virtude**

As mesas de negociação, marchas e passeatas seriam espaços da *ação comunicativa* e da *razão comunicativa*, seriam expressões do *espaço/esfera pública* nos quais o interlocutor estatal é influenciado por uma lógica advinda da *sociedade civil*, a instância do *mundo da vida*, que para Habermas expressa (ou deveria expressar) uma sociabilidade não corrompida pela razão instrumental do *sistema*, a lógica da administração e do poder (Estado) e a lógica da acumulação capitalista (Mercado) (OLVERA, 1996: 36). Interessante notar que a oposição à lógica do Poder é umas das marcas indeléveis do zapatismo até os dias de hoje, quando reafirma sua busca por uma *nova forma de fazer política*. Na sexta e última declaração, o EZLN coloca os seguintes princípios para uma nova forma de organização das lutas:

“No a hacer acuerdos arriba para imponer abajo, sino a hacer acuerdos para ir juntos a escuchar y a organizar la indignación; no a levantar movimientos que Sean después negociados a espaldas de quienes los hacen, sino a tomar en cuenta siempre la opinión

Lucas Gebara Spinelli

de quienes participan; no a buscar regalitos, posiciones, ventajas, puestos públicos, del Poder o de quien aspira a El, sino a ir más lejos de los calendarios electorales; no a tratar de resolver desde arriba los problemas de nuestra Nación, sino a construir DESDE ABAJO Y POR ABAJO una alternativa a la destrucción neoliberal, una alternativa de izquierda para México” (Sexta Declaración de la Selva Lacandona, junho de 2005)

Aqui se enfatiza a necessidade de espaços para articulação e discussão livres e públicos no campo da esquerda, criticando práticas e acordos de gabinetes, favorecimento político individual ou corporativo em detrimento de um coletivo maior. Também se identifica uma lógica do poder imanente na ação dos atores que buscam ocupar o Estado através da corrida eleitoral. Por fim reivindica uma política surgida a partir dos excluídos, segundo princípios anti-hierárquicos, para possibilitar uma necessária refundação de outra esquerda social e política. Não se deve confundir tais normatizações com uma proposta de espaços de diálogo estabelecidos entre governo e zapatistas. Talvez tenha mais sentido pensar tal afirmação como uma busca por um partido político de novo tipo:

“Os movimentos sociais não podem existir sem expressão política. Esta, por sua vez, deve articular as metas do movimento com as alienadas e alienantes estruturas do poder existentes. Em termos de alienação *versus* identidade, a expressão política dos movimentos sociais é, por conseguinte, uma porção *retrógrada* e necessária de sua existência. Extrapolando para a questão de um ‘novo tipo de partido’ que em algum país, algum dia, poderá pretender ser a expressão política da ampla cultura dos novos movimentos sociais, isto significa que estes partidos teriam de aceitar não apenas o papel de vanguarda, mas também de *retaguarda* em relação aos conteúdos desses movimentos. Teriam que ser concebidos como *servidores* e não como donos dos movimentos. Naturalmente, está excluída desde o início a idéia de controle.” (EVERS, 1984: 22-3)

O paradoxo da luta do movimento social está na necessidade de fazer suas demandas se tornarem políticas públicas, tendo de romper com o próprio sectarismo, articular-se com outras demandas e estabelecer um mínimo aceitável de interlocução com o Estado. Os movimentos sociais precisam amarrar e sincronizar seus objetivos com as *estruturas alienantes*

*do poder*, e, em certa medida, aceitar as regras do jogo, a estrutura administrativa e a disputa eleitoral, com sua própria lógica da partilha do poder.

No seu texto *Gustar el Café...*, Subcomandante Marcos aponta que pela primeira vez a agressão contra os zapatistas “provém diretamente de governos de suposta esquerda”, que elegem representantes dos latifundiários para ocupar postos-chave no executivo do estado de Chiapas. Ao mesmo tempo, o líder do EZLN denuncia uma campanha de difamação por parte da “esquerda institucional” e seus intelectuais, unificados em torno da candidatura à presidência de Antonio Manuel López Obrador (AMLO)<sup>2</sup>. Levantando críticas ao fazer político dos partidos em geral, o subcomandante acusa o PRD de aplicar as mesmas políticas da direita ao tomar o poder do Estado, justificando o porquê da recusa zapatista em apoiar a candidatura de AMLO à presidência:

“...la propiedad de la tierra pertencia, antes del alzamiento, a los hacendados o finqueros que, por cierto, son el sector más retrógrado de los poderosos. Si alguien quiere conocer de veras cómo piensa y actúa la ultraderecha reaccionaria, platique con un finquero chiapaneco. Y les paso un nombre de uno de ellos, que cuando menos hasta hace poço, era uno de los aliados de Andrés Manuel López Obrador em Chiapas y, junto com el Croquetas Alborews y el PRD, llevó al poder a Juan Sabines (...). El nombre del finquero es Constantino Kanter, y fue el autor de aquella ya famosa frase, dicha cuando el calendario marcaba el mês de mayo del año de 1993: ‘En Chiapas vale más un pollo que la vida de un indígena’. (...) Les pido que noten que nosotros no estamos hablando de personas con las que tengamos diferencias de estrategia o táctica, o de concepción de reforma o revolución. Estamos hablando de nuestro perseguidores de nuestros verdugos, de nuestros asesinos. Si hubiéramos apoyado esa supuesta opción contra la derecha, ahora estaríamos em um ‘bajón’ y una frustración similares a las que describió el compañero Ricardo Gebrim, del Movimiento de Los Sin Tierra, del Brasil.” (MARCOS, 2007: 30)

---

<sup>2</sup> Ex-prefeito da Cidade do México pelo PRD, candidato á presidência derrotado nas eleições de 2006 por Felipe Calderón, atual presidente do país pelo PAN (Partido da Acción Nacional).

Nesse trecho Marcos se refere a uma área que foi expropriada após o levante zapatista que culminou na expulsão dos *finqueros* (latifundiários) dos territórios ocupados pelos rebelados. E também se refere à composição de governos do PRD com representantes dos oligarcas latifundiários. Marcos culpa “intelectuais progressistas” de ignorarem a situação dos povos indígenas de Chiapas em nome de uma candidatura presidencial que, a seguir os exemplos locais e regionais de exercício do poder pelo PRD, em nada melhoraria a condição dos explorados. A comparação com o MST em relação aos governos do PT no Brasil aparece logo depois.

O líder do EZLN critica a política partidária e os acordos que passam por cima dos objetivos políticos e das lutas populares, em nome dos quais “intelectuais progressistas” condenam o sectarismo dos movimentos sociais contra a via eleitoral. Marcos afirma que as regras do jogo no sistema político engolem as iniciativas que incomodam o sistema. E que outra forma de sociabilidade não-hierárquica e não-mercadológica deve ser tentada no cotidiano, em forma de protesto e demonstração de princípios outros que não aqueles que fundamentam a vida política. Nesse sentido é necessário perguntar: uma vez que o zapatismo se coloca em oposição a uma certa forma de fazer política, não acaba por se colocar como reduto moral da sociedade civil, em oposição à lógica do poder do Estado? E se isso ocorre, será que não acarreta o fechamento sectário do movimento em seu próprio cotidiano, num processo contínuo de auto-afirmação da própria identidade e autonomia? Para dar conta dessas questões voltaremos a trabalhar a idéia de sociedade civil.

### **Autonomia do movimento para além dos limites do Estado**

Raúl Ornelas (2005) ressalta o caráter de retroalimentação entre o EZLN e as comunidades autônomas de Chiapas, que compõem suas fileiras de combatentes e dirigem suas ações táticas e estratégicas através de seus representantes no Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). A vanguarda política, que tem por compromisso levar a consciência às massas com o objetivo de tomar o poder do Estado para implementar um governo



de transição em nome daquelas, é substituída aqui por um núcleo militar que se submete às determinações do conjunto dos territórios indígenas e rebeldes, como forma de garantir a auto-organização autônoma das comunidades. A constituição do zapatismo como um movimento social, que ultrapassa o âmbito militar do exército insurgente e se fundamenta em uma liga de municípios “autônomos em rebeldia”, é fundamental para compreender por que o EZLN não se propõe tomar o poder do Estado:

“A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões arbitrárias dos municípios ‘oficiais’, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território”. (ORNELAS, 2005: 134)

Ornelas também enfatiza dois elementos que sugerem uma relativa autonomia dos neozapatistas em relação ao Estado capitalista do México, efetivados no dia-a-dia das comunidades de Chiapas: o processo de criação autogestionada da vida social e a construção das condições materiais para a resistência. A autonomia do movimento passa necessariamente pela *práxis* econômica e política integrada socialmente e autogerida no dia-a-dia das comunidades, a base dos municípios autônomos (MAREZ), de onde são definidos representantes em caráter rotativo para o Conselho Municipal, a mais alta instância local de decisão:

“Estes representantes participam em alguma das ‘comissões’ ou ‘comitês’ encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns (...) É essa instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para

melhorar a vida das comunidades e as suas práticas de ‘bom governo’, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito ‘consuetudinário’, que prefere a reparação do dano à sanção. (...) Nesse sentido os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autonômico ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida (ORNÉLAS, 2005:136-7)”

Para John Holloway (2003), o zapatismo rompe com a tradição instrumental do marxismo científico que considera o Estado como o local privilegiado da revolução, ao negar o objetivo da tomada do poder (situado no Estado). O fetichismo, que forma as relações sociais capitalistas e as relações de poder do Estado nessa sociedade, constitui-se para Holloway como categoria central para desenvolver a idéia de que nenhuma revolução pode ser capaz de romper com a ordem social do Capital se não romper com ela em seu cotidiano. O tempo da revolução deve escapar do processo de identificação, apropriação e racionalização do capitalismo. Torna-se assim absurdo que um movimento que tem por objetivo superar o capitalismo tome para si as estruturas do Estado existente no modo de produção capitalista. E a autonomia dos municípios materializa novas relações sociais, geradas além do processo de fetichização.

Em debate com Holloway e alguns apontamentos dos zapatistas, Borón (2003) considera que se o zapatismo ignora a centralidade do Estado na sociedade capitalista, não se apresenta apto ao poder, embora seja detentor da legitimidade (direção ética e intelectual). E não se apresentar apto ao poder significa se sujeitar ao funcionamento da sociedade capitalista, através da cooptação ou da repressão estatal. Para pensar os problemas da repressão levantados por Borón, abaixo abordamos alguns casos que evidenciam os limites que o Estado impõe à autonomia de um movimento social, quando a sociedade civil manifesta sua autonomia de decisão e de execução das próprias políticas, efetivadas em paralelo às políticas públicas do Estado mexicano.

### **Política Pública da Contra-insurgência: Repressão oficial e paramilitares**

A superioridade da luta política frente às formas militares de enfrentamento ao inimigo são questões problematizadas por Gramsci (1980) quando trata do uso do *arditismo* como forma *ilegal* utilizada pelo Estado para restabelecer a ordem. Pensando no uso de pequenos grupos de assalto armados para a atuação no momento de desorganização do poder do Estado Gramsci escreve:

“... uma organização estatal debilitada é como um exército enfraquecido; entram em ação os grupos de assalto, isto é as organizações armadas privadas, que tem duas missões: usar a ilegalidade, enquanto o Estado parece permanecer na legalidade, como meio para reorganizar o próprio Estado. Acreditar que se possa opor à atividade privada ilegal outra atividade semelhante é, isto é, combater *arditismo* com o *arditismo*, é uma tolice; significa acreditar que o Estado permaneça eternamente inerte, o que jamais ocorre, além das outras condições diversas. O caráter de classe leva a uma diferença fundamental: uma classe que deve trabalhar diariamente num horário determinado não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, como uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, por todos os seus membros, a um trabalho fixo” (GRAMSCI, 1980: 70).

Gramsci se preocupa em apontar os erros e as emboscadas dos quais as classes dominadas podem ser vítimas, ao lançar mão dos métodos de luta das classes dominantes, a exemplo do caso do *arditismo*. Logo que tem seu domínio contestado e organização debilitada, o Estado lança mão da ilegalidade dos grupos de assalto privados. O significado do *privado* a favor dos interesses do Estado nos remete aos grupos e organizações presentes na sociedade civil que privilegiam a luta armada e o uso da violência para empreender sua luta política.

Nesse ponto é necessário perguntar se não teria sido a resistência em recusar as armas um *pecado original* do zapatismo, a causa da legitimação permanente da violência oficial e extra-oficial contra movimentos sociais no México. Trata-se de definir quais as fronteiras atuais em que o método da violência está fundamentado para legitimar e criminalizar o zapatismo;

Lucas Gebara Spinelli

e se tais fronteiras não estão sendo esticadas pelo Estado para ampliar o conceito de criminalidade a todos os movimentos sociais. No texto *El Calendario y La Geografía da Guerra*, Marcos comenta que, após anos de articulação política pelo México, o zapatismo parece estar diante de uma nova reação militar e paramilitar às suas bases sociais em Chiapas:

“Quisiera aprovechar la ocasión para comunicarles algo. Es ésta la última vez, ao menos en un buen tiempo, que salimos para actividades de este tipo, me refiero al coloquio, encuentros, mesas redondas, conferencias, además de, por supuesto, entrevistas. (...) Miren, el EZLN es un ejército. Muy outro, es cierto, pero es un ejército. Y, además de la parte que ustedes quieren ver del *Sup* (...), como vocero, ‘ideólogo’ o lo que sea, creo que ya tienen edad para saber que el *Sup* es, además, el jefe militar del EZLN. (...) Como hace tiempo no ocurría, nuestras comunidades, nuestras compañeras y compañeros, están siendo agredidas. Ya había pasado antes, es cierto. Pero es la primera vez desde aquella madrugada de enero de 1994 que la respuesta social, nacional e internacional, há sido insignificante o nula.” (Marcos, 2007: 54).

Marcos considera necessário lembrar sua função, não só ideólogo zapatista, mas de chefe militar do EZLN. E resalta que, no fim de 2007, mais uma vez as comunidades zapatistas e a militância civil zapatista têm sido alvos de ataques variados, vindos do governo federal, dos governos locais, da direita e da “esquerda institucional”, do exército e dos grupos paramilitares. Alguns meses depois, Ledesma (2007) aponta um incremento das forças armadas na região como nunca antes visto. Lembra que a maior parte dos 56 acampamentos permanentes do exército mexicano, instalados em território indígena, é formada por unidades das forças especiais, especializadas em estratégias de contra-insurgência, caracterizada por ações de inteligência e intervenções indiretas através do treinamento e cobertura de paramilitares utilizando jovens da própria região. A imagem do exército é preservada e a ilegalidade da ação paramilitar se torna uma questão policial, um fator que legitima a presença das forças oficiais de segurança na região.

Ledesma também aponta a atuação de instituições agrárias atreladas ao Estado, como responsáveis por outra faceta das agressões sofridas pelas comunidades zapatistas. Através de uma política de remarcação e recenseamento fundiário, o governo federal tem definido como áreas de preservação ambiental muitas das terras ocupadas pelas comunidades indígenas, desde o levante de 1º de janeiro de 1994. Ao mesmo tempo estimula grupos indígenas a tomarem e ocuparem terras expropriadas pelos zapatistas à época do levante, garantindo aos antigos proprietários uma indenização e às famílias miseráveis da região um pedaço de terra e uma alternativa não zapatista. Em abril de 2008 a União dos Ejidos da Floresta (UES), que ocupava parte das terras expropriadas pelos zapatistas em 1994, deixou o local. Sobre o ocorrido o informe do periódico *La Jornada* de 3 de maio explica:

“Ainda que a imprensa oficial tenha respaldado os invasores da UES e acusado os zapatistas de ‘invadir’ estes 525 hectares, é sabido que a ex-fazenda foi recuperada pelas bases do EZLN após o levante de 1994. (...) O povo de 24 de dezembro nasceu nessa mesma terra, mas foi expulso pela invasão militar de 1995, e membros da UES em Nuevo Momón se apoderaram de suas antigas terras e moradias. Perseguidos e ameaçados, finalmente, tomaram posse do terreno em 24 de dezembro de 2006. Em seguida, começou a “disputa”, promovida por membros da UES. (*La Jornada*, 3 de maio de 2008)”

As áreas em questão foram ocupadas por indígenas *bases de apoio zapatistas* em 1994, expulsos durante a ofensiva do exército federal no início de 1995. Tais indígenas se refugiaram numa área de acampamento militar, onde sofreram ameaças e assistiram a militares apoiarem a formação de assentamento fantasma da UES, na mesma área de onde haviam sido expulsos. O exército acobertava um grupo indígena e estimulava o atrito daquele com os zapatistas. Uma década depois vivendo em meio a perseguições, a comunidade zapatista retornou à área e fundou a comunidade 24 de dezembro, em 2006. A partir daí começaram os conflitos com a UES, que finalmente saiu da área em 2008, após pagamento de indenização aos seus membros, efetuado pelo governo estadual do partido esquerdista PRD.

Os ataques extra-oficiais aos zapatistas não são recentes e não aconteciam por acaso. Em 1997 paramilitares identificados como *priistas* mataram 45 habitantes do povoado indígena de Acteal, em uma campanha de intimidação própria da guerra de baixa intensidade. O periódico *La Jornada* de 19 de dezembro de 2007 apresenta artigo acusando a formação de grupos paramilitares como parte de uma grande estratégia antizapatista, desenhada de alto abaixo no interior do Estado:

“El gobierno dejaba, pues, vía libre para que, a través de la policía del estado, se preparara a grupos paramilitares indígenas que enfrentaran, socavaran y exterminaran a las bases zapatistas. En el cerco militar se recurría al Ejército, y en los Altos y en el norte, a las poblaciones indígenas que estaban bajo el control de subsidios oficiales.(...) A los grupos paramilitares, como Los Chinchulines, Paz y Justicia o Máscara Roja, se les mantenía impunes porque se trataba de una guerra contra simpatizantes zapatistas. Apoyar a estos grupos paramilitares, dejarlos crecer, fortalecerlos como táctica de lucha intercomunitaria, era algo más que una omisión: era una política decidida por el Ejército a finales de 1994 y aprobada por el gobierno federal a principios de 1995.”

Se os zapatistas e o exército mexicano não mais se envolveram em confrontos diretos desde 1995, ataques às comunidades zapatistas se mantiveram ao longo dos anos, pela ação de grupos civis armados das mais diversas origens, financiados e acobertados pelos governos e partidos que assumem o poder no nível municipal, estadual e federal. O caso ilustra um pouco do teor dos conflitos políticos em Chiapas. A edição do *La Jornada* de 3 de junho comenta o prosseguimento de ações nas comunidades indígenas e camponesas de Chiapas, que “não são acompanhadas de nenhum tipo de explicação ou justificação das tropas federais e dos corpos policiais que, em alguns casos, fazem referências imprecisas à luta contra o narcotráfico”. Alguns informes produzidos pelas redes de solidariedade zapatista e de observação dos direitos humanos no estado de Chiapas apontam novas referências para abordarmos a perseguição ao zapatismo, não apenas ao EZLN, mas às suas bases civis e às comunidades autônomas. Em 4 de junho de 2008 a Junta del Buen Gobierno El Camino del Futuro denuncia uma operação militar e policial em duas comunidades zapatistas:

Entre partidos e paramilitares: considerações...

“ (...) 6. Se bajan todos en sus carros y agarran rumbo al pueblo de Hermenegildo Galeana, donde todos y todas son bases de apoyo zapatistas, acusando que en ese pueblo tienen sembradillos de mariguanas. 7. Toda la zona zapatista de Garrucha y sus autoridades autónomos somos testigos que no existe plantíos, sólo hay zapatistas y hay trabajador de milpa y platanar, y están dispuestas y dispuestos a luchar por libertad, justicia y democracia. Rechazar cualquier provocación” (Enlace Zapatista, 5 de junho de 2008)”.<sup>3</sup>

O relatório publicado no sítio do *Enlace Zapatista*, rede de comunicação e solidariedade das *Juntas de Bom Governo*<sup>3</sup>, apresenta a provocação de um contingente de 200 soldados, mais policiais e oficiais contra duas comunidades zapatistas do território referente à Junta El Camino del Futuro. Os oficiais buscam atrapalhar o cotidiano das comunidades e justificam sua ação pela busca e averiguação de uma possível plantação de maconha. Tais ações, em caráter policial, adquirem legitimidade perante uma opinião pública cada vez mais aterrorizada pela guerra do narcotráfico<sup>4</sup>. Uma guerra em que o inimigo difuso está pronto a ser utilizado segundo as necessidades de repressão.

Em matéria para a agência *Suramericapress* publicada em de abril de 2008 Daher comenta as observações de Ledesma sobre a militarização da região, acompanhada do aumento de torturas, desaparecimento, detenção e ameaça contra militantes de movimentos. Ao mesmo tempo Daher considera a inserção do México num contexto de aumento da repressão aos movimentos sociais, facilitado pela política de combate ao narcotráfico:

“En un año, subraya, el gobierno ha despojado a los indígenas de unas 36.000 hectáreas. Este proceso se da en medio de una mayor presencia militar en el Estado. Ledesma denuncia que México está en un proceso de militarización, donde los uniformizados están ocupando responsabilidades que siempre estuvieron ocupadas por

<sup>3</sup> As Juntas de Bom Governo foram estabelecidas em 2005 para possibilitar a articulação da sociedade civil pró-zapatista e os municípios autônomos rebeldes zapatistas, funcionando como um território zapatista (MAREZ). Ver ORNELAS, 2005.

<sup>4</sup> Além da fronteira com o maior mercado consumidor de drogas do mundo (EUA), o norte do México tem sido palco de uma verdadeira guerra ao narcotráfico, com mais de 1400 mortos em 2008. Ver *A Guerra às Drogas é o 'Iraqe de Calderón'?*”

Lucas Gebara Spinelli

civiles. Además, cuatro de los ministros del presidente Calderón, tienen antecedentes de reprimir las organizaciones sociales y encabezar las represiones en Oaxaca y San Salvador de Atenco, donde más de 30 mujeres fueron violadas, decenas de personas torturadas y varios muertos. 'El mensaje del gobierno a los movimientos sociales ha sido bien duro y lo está ampliando', subrayó. Por otra parte, destacó Ledesma, las autoridades están usando la supuesta lucha contra el narcotráfico para criminalizar el movimiento social. El argumento de la presencia del ejército en Chiapas es combatir el narcotráfico.." (*Suramericapress*, 21 de abril de 2008)

Tais denúncias parecem definir a via repressiva como política pública direcionada para minar os fundamentos sociais do zapatismo, seja atacando as experiências de autogoverno das comunidades autônomas de Chiapas, seja através do cerco midiático, seja através da criminalização da boa imagem pública do EZLN, acusando-o de práticas de *narcoguerrilha*. Uma repressão técnica que, quando não legitimada pelo invólucro legal do Estado de Direito e sua guerra ao narcotráfico/terrorismo, se complementa ao uso de grupos políticos e paramilitares opositores atuantes na sociedade civil. Não estaria nesse sentido colocada uma limitação à possibilidade de construção de consenso na *esfera pública*? Aqui se deve lembrar que a luta política também é uma luta violenta, uma vez que tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*, como definida em Gramsci (1980). Em outras palavras, fazer política significa também redefinir os limites do que é político e do que não é político, do que é válido, do que é violência e do que é legítimo.

### **Coerção, Consenso e Território**

A escalada da violência não tem sido acompanhada pelo retorno do EZLN à luta armada aberta até o momento. No entanto, seus últimos movimentos e declarações têm expressado preocupação com os níveis crescentes de agressão sofrida pelas comunidades. Não estaria nesse sentido colocada uma limitação à luta política pacífica? Devemos nos afastar da idéia da sociedade civil como pólo da *ação comunicativa*. A concepção



gramsciana de sociedade civil como um complexo de “trincheiras e casamatas” do poder do Estado parece melhor para analisar a realidade no México, em que as possibilidades da *ação comunicativa* são ainda mais dependentes dos eventos espetaculares da ação política. O ponto de ebulição que delimita uma *esfera pública* tem que romper frontalmente a ordem de um Estado, que insiste em violentar as organizações políticas autônomas. Como afirma Figueiredo (2003) “a guerra é o espetáculo” nesse contexto.

Se somarmos o fato de que a estratégia de *contra-insurgência* planejada no interior do Estado se utiliza de grupos organizados presentes na sociedade civil, nos aproximamos de Liguori (2005), para quem a luta política também é uma luta violenta: tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* são espaços de *coerção e consenso*. E nada garante à sociedade o monopólio da via do diálogo. Estado e a sociedade civil estão fracionados de cima abaixo por concepções múltiplas de sociedade, que por vezes se assumem como antagônicas e diametralmente opostas.

Num país como o México, em que o *status quo* parece muito bem fundado em grupos, sindicatos, associações patronais e partidos que ocupam e monopolizam a intermediação da sociedade com o Estado (Zermeño, 1997), não é de se surpreender que a luta pelo reconhecimento de direitos indígenas, como aqueles formalizados pelos *Acordos de San Andrés* (não reconhecidos), tenha sido precedida por uma irrupção social violenta, pela luta armada e pela ação repressiva imediata. Sentar-se à mesa de negociação com armas apontadas à cabeça não parece ser uma boa forma de iniciar uma *ação comunicativa*, mas é uma boa forma de identificar o opositor.

Acima de tudo, o espaço aberto pelas mobilizações sociais que forçaram o Estado a *engolir* o EZLN como interlocutor, criou um mecanismo legal de inclusão política dos rebelados, a exemplo da *Lei para o Diálogo* de 1995. Nessa franja do Estado de Direito, o EZLN tem se articulado a mais de uma década com movimentos sociais espalhados pelo México e evitado sua *deglutição* como partido político que disputa eleições. Mesmo derrotado militarmente, o levante armado motivou a transição democrática do país para um regime de alternância partidária desde 2001, organizou a sociedade

civil em torno da luta por direitos universais e forçou a criação de espaços de intermediação entre Estado e sociedade civil. Fazer política significa também redefinir os limites do que é político, do que não é político e do que é legítimo. Sua importância é educativa, cultural e política. Mas defendemos que a causa da repressão ao zapatismo está localizada em um ponto mais caro ao poder.

Desde 1994 as comunidades indígenas de Chiapas têm desenvolvido o autogoverno, garantindo a “gestão coletiva de recursos, o apoio recíproco, a defesa diante das agressões militares, os cuidados com a saúde e a educação, a produção dos mantimentos para a própria sobrevivência e para a dos integrantes do EZLN” (GENARI, 2005: 58). As comunidades zapatistas lutam para concretizar e materializar outras relações de poder político, não baseadas na hierarquia das relações de poder, que caracteriza a política do Estado; e outras relações sociais de produção, não fundadas na lógica da exploração do trabalho e da acumulação privada, própria do Mercado. A exemplo das lutas dos movimentos indígenas e camponeses de outros países latino-americanos, a noção de *autonomia* não significa apenas uma negação do Estado e do Mercado lançada a partir do campo da sociedade civil. Por um lado se assume como *política cultural* do movimento zapatista nos termos de Dagnino (2000). Por outro, como afirma Ornelas (2005), a autonomia significa uma luta cotidiana que *refunda novas relações sociais num território*. Ela é luta por reconhecimento de direitos a serem incluídos na Constituição mexicana, ao mesmo tempo que é política das bases do próprio movimento.

Depois de analisar a sistematização da violência oficial e paramilitar contra o zapatismo, sugerimos que aquela visa atacar especificamente o caráter anti-sistêmico concretizado nas experiências de *autonomia*. Isso aponta para a necessidade de uma definição *geográfica do poder do Mercado e do Estado* para pensar sua superação. Acreditamos também que os movimentos sociais do campo, por fundamentarem suas lutas na ocupação e na reprodução da vida em territórios definidos, causam incômodo imediato ao poder. Não ignoramos a dependência desses movimentos em relação às políticas públicas de assistência, saúde, educação e seguridade definidas no interior do Estado. Mas acentuamos que a

definição dos direitos sociais que garantem a posse de um dado território acaba por significar um confronto direto com o funcionamento das relações sociais capitalistas, em países cujo desenvolvimento está baseado na ampliação da exploração econômica dos recursos naturais e na concentração fundiária.

### **Bibliografia**

- BORON, A. "A selva e a pólis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo". In: *Filosofia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, p. 203-230, 2003.
- DAGNINO, E. "Cultura, cidadania e democracia: A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana". In: ALVAREZ, S. & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- DAHER, Ricardo. "El ejército prepara una agresión al EZLN". 21 de abril de 2008. Disponível em: <WWW.suramericapress.com>
- ENLACE ZAPATISTA. (relatórios das Juntas de Bom Governo. 2007-2008). Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx>>
- EZLN. "Cartas, Comunicados e Discursos divulgados entre 1º de janeiro de 1994 e 18 de maio de 2006". Disponível em: <<http://palabra.ezln.org.mx/>>.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: Origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado). Campinas: UNICAMP, 2003.
- GENARI, Emílio. *EZLN – passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado). Marília: UNESP, 2007.

Lucas Gebara Spinelli

- HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Contraponto, 2003.
- LA JORNADA. (reportagens abril-junho de 2008). Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/chiapas-palestina>>.
- LEDESMA, Ernesto. “Estamos alarmados por el nivel de agresiones en Chiapas”. Crónica del Encuentro de Ledesma con los colectivos de Madrid. 10 de abril de 2008. Disponível em: <<http://redlatinasinfronteras.wordpress.com>>
- LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréia Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARCOS, Subcomandante. “Parte IV – Gustar el café. El calendario y la geografía de la Tierra”. In: *Colóquio Ni el Centro ni la Periferia*. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.
- \_\_\_\_\_. “Parte VII (y última) – Sentir el Rojo. El calendario y la geografía de la Guerra”. In: *Colóquio Ni el Centro ni la Periferia*. San Cristóbal de Las Casas. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>>.
- OLVERA, Alberto J. “El concepto de sociedad civil em uma perspectiva habermasiana: hacia um nuevo proyecto de democratización”. In *Sociedad civil*, n. 1, vol. 1, México, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Sociedade Civil e Governabilidade no México”. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra 2002.
- ORNELAS, Raul. “A Autonomia como eixo da Resistência Zapatista – Do levante armado ao nascimento dos Caracoles”. In: CECÉÑA, Ana. Esther (org) *Hegemonias e Emancipações*. Buenos Aires: Clacso, 2005
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ZERMEÑO, S. “O Levante Zapatista no México”. In: *Praga – revista de estudos marxistas*. São Paulo: Boitempo editorial. N° 2, 1997.